

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.301 - PB (2018/0346248-4)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : MARCIO JOAO DA SILVA
ADVOGADO : HUMBERTO DE SOUSA FELIX - PB005069
AGRAVADO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : EDUARDO CHALFIN E OUTRO(S) - PB022177A
AGRAVADO : BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A - MASSA FALIDA
ADVOGADO : ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO - SP098628
SOC. de ADV. : LASPRO E ADVOGADOS ASSOCIADOS - ADMINISTRADOR JUDICIAL

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por MARCIO JOAO DA SILVA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E INDENIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. PROMOVENTE QUE EFETUOU PAGAMENTOS MÍNIMOS NO DECORRER DA RELAÇÃO CONTRATUAL. INCIDÊNCIA DE ENCARGOS SOBRE O RESIDUAL. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE ATESTEM AS ALEGAÇÕES AUTORAIS. DÉBITO NÃO LIQUIDADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO.

- "1. A natureza jurídica dos contratos de cartão de crédito enseja encargos que são cobrados mensalmente nas faturas de forma variável e, em regra, incidem quando do atraso no pagamento das faturas em seu valor integral (multa, juros de mora e correção monetária). 2. Desta forma, os encargos (juros e tributos) serão devidos apenas nas operações de crédito (financiamento ou parcelamento) ou empréstimo com o cartão. 3. Se o consumidor não paga a totalidade do valor por ele utilizado na data do vencimento, o banco, administrador do cartão de crédito, é obrigado a financiar essa dívida, tendo em vista que os valores já foram repassados aos fornecedores, quando o consumidor adquiriu os produtos ou serviços ou sacou determinado valor. 4. Preliminar rejeitada. Recurso conhecido e desprovido." (APC nº 20150111085904 (956454), 5ª Turma Cível do TJDF, Rel. Sebastião Coelho. j. 20.07.2016, DJe 01.08.2016).

- "Não havendo provas acerca da quitação do saldo devedor, tampouco de cobrança indevida, uma vez que o contrato previa os descontos em folha de pagamento, no valor mínimo, não há que se falar em inexistência de débito ou de direito à repetição de indébito. Inexistindo prova acerca da ilicitude na contratação, impossível se falar em dano moral passível de indenização." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo nº 00099110520138152001, 1ª Câmara Especializada Cível,

Relator Des. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 08.11.2016). (Apelação nº 0029762-30.2013.815.2001, 4ª Câmara Especializada Cível do TJPB, Rel. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. DJe 25.04.2017).

- “Em se tratando de cartão de crédito, com cobranças de faturas mensais, tem-se que os juros remuneratórios incidem apenas em situações específicas, como nos casos de pagamento mínimo da fatura, de atraso de seu pagamento, ou de compras parceladas. (...)” (Apelação nº 0002190-59.2014.815.2003, 4ª Câmara Cível do TJPB, Rel. Frederico Martinho da Nobrega Coutinho. DJe 11.04.2016).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto no art. 51, inciso IV, do CDC.

Alega, em síntese, que “a prática comercial que implica no desconto da parcela mínima do cartão de crédito no contracheque do servidor público é abusiva, [...]”.

E continua:

25. Com efeito, no caso em cotejo, ao contrário do que entendeu o Tribunal a quo, a quantidade de descontos referente à parcela mínima do cartão de crédito, realizada pelos RECORRIDOS, foi suficiente não somente para quitar a dívida contraída pelo RECORRENTE, mas também para constituir saldo positivo em favor do deste;

É o relatório. DECIDO.

2. A matéria referente ao artigo 51, inciso IV, do CDC, não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula 282/STF).

Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. Ainda que assim não fosse, o Tribunal de origem entendeu que a cobrança seria lícita, nos seguintes termos:

Em que pesem as alegações recursais, tenho que as mesmas carecem de sustentação.

Como bem identificado pelo Julgador de primeiro grau, denota-se das faturas colacionadas nos autos (ID’s 1455556, 1455558, 1455562, 1455564 e 1455565), **que o ora irresignante vem, há anos, efetuando o pagamento no valor mínimo de cada fatura consignado no seu contracheque, além de alguns adimplimentos parciais, situação que faz incidirem encargos pelo refinanciamento do saldo remanescente, a justificar a cobrança.** Nesse sentido:

[...].

Considerando o exposto, não há que se falar em quitação do débito, tampouco em indenização e em restituição de indébito, uma vez que as instituições agiram em exercício regular de direito.

Ao apreciar os embargos de declaração, o Tribunal local ainda frisou que:

A título meramente argumentativo, verifico que a decisão recorrida apreciou detidamente e de forma bastante clara as alegações da parte insurgente, consignando, na oportunidade, que **o pagamento mínimo se trata de possibilidade de amortização do débito, incidindo juros e encargos sobre o residual, conforme reconhecido, inclusive, pela jurisprudência.**

Vejamos trecho do decisório recorrido:

[...].

Dessa forma, chegou-se à conclusão de que as instituições financeiras tão somente buscavam débito legítimo, posto este, ao longo do tempo, apenas foi abatido parcialmente, não havendo que se falar em dívida eterna, pois se esta vem aumentando, é por culpa do cliente.

Nesse contexto, verifico que o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar as alegações da parte agravante, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ, que impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do dispositivo constitucional.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator